



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE - CMA



SF/19893.92159-08 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Ministro de Estado de Meio Ambiente, Ricardo Salles, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre medidas adotadas pelo Ministério do Meio Ambiente para acabar com a contaminação de óleo no litoral do nordeste, em 13/11/2019, conforme tratativa firmada.

JUSTIFICAÇÃO

O óleo que tem contaminado o litoral do Nordeste provocou uma tragédia ambiental, econômica e social. Os danos causados à biodiversidade marinha são incalculáveis e seus efeitos podem durar por muitos anos. Antes do óleo chegar às praias ele passa pelos recifes de corais, os quais são extremamente frágeis e se concentram exatamente no Nordeste.

Além disso, existe também o impacto direto sobre a fauna marinha, como os golfinhos e tartarugas. A própria limpeza das praias é problemática porque ela retira muitos microrganismos que são levados juntos com a areia contaminada, os quais são fontes de alimentação das aves. A destinação segura da areia contaminada é outro grande desafio.

O impacto já observado não representa nem 1% do impacto real porque não existem navios no mar investigando quais outros animais estão sendo afetados. Muitos deles morrem e não chegam nas praias. Muitos barcos de pesca estão encontrando tartarugas atingidas no mar, mas eles não têm meios para socorrê-las adequadamente.

As comunidades de pescadores e marisqueiras também estão ameaçadas na sua sobrevivência. A economia dos municípios que são fortemente dependentes das praias está seriamente comprometida.

Do ponto de vista político é também uma tragédia pois está evidente a incapacidade dos governos em enfrentar esse tipo de emergência ambiental. Cada dia de inação aumenta exponencialmente os danos. Basta lembrarmos do caso de derrame de óleo no mangue de Bertioga há quase 30 anos, que o dizimou e hoje em dia não existe mais.

Infelizmente o governo Bolsonaro está mostrando para o mundo sua incapacidade de tratar das questões ambientais, manchando, mais uma vez, a imagem do país, tirando a confiança de potenciais investidores internacionais e deixando a população numa inaceitável situação de insegurança. As consequências para o turismo são gravíssimas. O Nordeste está entrando em sua alta temporada e deverá perder milhões de reais, impactando toda a cadeia turística e, especialmente, os pequenos comerciantes de praias.

A atuação do governo federal tem sido aquém do necessário, demonstrando que o governo Bolsonaro não tem tido capacidade técnica nem de gestão para lidar com desastres ambientais. Ele demorou 30 dias para se pronunciar e quando o fez já era tarde demais. O Ministério do Meio Ambiente, em particular, não deu nenhuma atenção ao problema desde o início, apesar de se tratar de um problema de sua esfera de competência institucional.

Pode ser ver no site da Marinha do Brasil que a primeira ação tomada foi em 27/09, sendo que as manchas de óleo começaram a aparecer em 26/8. Somente um mês depois se começou a fazer alguma coisa. Nesse meio tempo, o óleo se dispersou pelo nordeste de tal forma que não se conseguia mais encontrar a sua hidrodinâmica, ou seja, para onde estava se dispersando. Acabou chegando em todo o Nordeste, sem que nenhuma gota fosse contida pelo governo.

Até o momento não existem resultados investigativos que possam assegurar a origem desse material. Não se tem elementos para afirmar com segurança se a causa foi operação de transbordo entre navios, derrame acidental ou intencional feito por algum navio, se foi vazamento de alguma plataforma etc., porque não existe nenhum tipo de transparência nas investigações que estão sendo feitas. A sociedade não consegue acompanhar e nem tem explicações aceitáveis para o fato de as informações estarem sob sigilo.

Diversos institutos e universidades estão fazendo um esforço extraordinário para realizar pesquisas sobre quais são as origens do óleo, mesmo estando fortemente afetados pelos cortes de verbas feitos pelo governo federal. Estão deixando de lado suas pesquisas tradicionais para se dedicar a esse desastre.

O foco no momento tem que ser a contenção do material que está se movimentando e dispersando, bem como na remoção do material que está se depositando ao longo das praias.

É absolutamente urgente que o Ministro do Meio Ambiente compareça ao Senado da República para prestar os devidos esclarecimentos à sociedade, diante de mais esse inaceitável exemplo de descaso público. Primeiro foram os incêndios da Amazônia que, inicialmente o Ministro tentou negar a existência do problema, que fora revelado pelo Instituto de Pesquisas Espaciais - INPE, e só acabou agindo quando o problema atingiu proporções apocalípticas e se tornou comoção nacional e internacional.

Infelizmente esse padrão se repetiu novamente no caso da contaminação do litoral nordestino. As denúncias feitas por pesquisadores e pela sociedade local foi ignorada por um mês inteiro e só suscitou tímida ação após o fato virar desastre ambiental de proporções gigantescas.

Sala da Comissão, 23 de outubro de 2019.

Senador Randolfe Rodrigues
(REDE - AP)

